

**ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE
PETRÓLEO S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020**

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher - exclusão de ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em abril de 2019, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, e lhe garantindo, dessa forma, o direito de solicitar a habilitação para compensação dos valores excedentes recolhidos para o período de 1998 a 2018, e, pelo fato do processo em trânsito em julgado não apresentar de forma explícita a metodologia de cálculo para realizar a mensuração confiável do montante recuperável de créditos relativos ao período do trânsito em julgado (embora admitido pela Administração da Companhia em conjunto com seu Assessor Jurídico como ICMS destacado em nota fiscal), e por estar aguardando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca de determinados assuntos como o pedido de modulação e apreciação de Embargos de Declaração apresentados pela Fazenda Nacional ao acórdão do RE nº 574.706, a Administração não reconheceu em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas os referidos créditos tributários e seus demais efeitos, inclusive tributários. Adicionalmente, na medida em que a Companhia incorre nos débitos correntes de IRPJ - Imposto sobre as Rendas das Pessoas Jurídicas e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido por ocasião das suas operações ordinárias, a Administração realiza uma compensação dos referidos débitos de IRPJ e CSLL com os virtuais (não reconhecidos contabilmente) créditos fiscais obtidos da referida decisão judicial transitada sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, esse procedimento é realizado em obrigações acessórias e utilizado o expediente fiscal de suspensão dos débitos, atualmente essas suspensões totalizam o montante de R\$ 23.849 mil até o exercício de 2020.

Consequentemente, pelo não reconhecimento tempestivo do ganho tributário e seus respectivos efeitos, e também, pela suspensão dos referidos débitos de IRPJ e CSLL, portanto, em desacordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com a NBC TG 23(R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não nos foi possível, nas circunstâncias, estabelecer procedimentos de auditoria para examinar os possíveis efeitos desses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Consequentemente, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, assim como, a realização e liquidação das referidas operações são condicionadas às disponibilidades de fluxos de caixa entre as partes relacionadas. Nossa opinião não está sendo modificada em relação a esse assunto.

Tributos diferidos - realização

Chamamos atenção ao mencionado na nota explicativa Nº 12.b, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, onde a Companhia, possui registrado na rubrica “Tributos Diferidos”, no ativo não circulante, o montante de R\$ 32.329 mil em 31 de dezembro de 2020, cuja realização depende de lucros tributáveis futuros. Nessas circunstâncias, a Administração da Companhia nos apresentou o estudo de viabilidade que demonstra a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros, com base em premissas estimadas na sua melhor expectativa, contudo, a utilização dos referidos tributos depende da concretização e efetivação dos planos de negócio estabelecidos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, com relatório datado em 30 de abril de 2020, contendo modificações relacionadas a: (i) Parcelamento tributário - Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e Acordos com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN); e (ii) Assunto semelhante ao apresentado no parágrafo - “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses assuntos foram ressaltados devido a impossibilidade de obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para uma auditoria, como foi o caso a época. Como fato do exercício corrente, exceto quanto ao assunto semelhante aos apresentados no parágrafo - “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, o referido assunto remanescente foi submetido a procedimentos de auditoria, e não foram identificados impactos neste conjunto completo de demonstrações contábeis individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 05 de maio de 2021

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.975	21.181	11.070	21.223	Empréstimos e financiamentos	14	88.037	130.567	88.037	130.567
Contas a Receber	5	83.028	103.848	49.558	70.571	Fornecedores	15	53.105	54.145	53.185	54.619
Estoques	6	70.358	53.334	70.386	53.382	Salários, férias e encargos a pagar		2.664	3.651	2.675	3.716
Impostos a recuperar	7	17.010	26.225	17.172	26.378	Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	16	15.435	19.857	15.696	19.998
Adiantamentos a fornecedores	8	14.366	19.857	14.366	19.857	Adiantamentos de clientes		12.462	4.470	12.470	4.547
Outros Créditos	9	3.793	3.744	3.793	3.744	Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	17	31.510	31.213	-	-
		199.531	228.189	166.345	195.155	Dividendos a pagar	19	13.036	-	-	-
						Outras obrigações		875	740	871	740
								217.124	244.643	172.935	214.187
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	5	27.782	22.086	27.782	22.086	Empréstimos e financiamentos	14	1.352	3.079	1.352	3.079
Impostos a recuperar	7	30.962	19.607	30.962	19.607	Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	16	133.599	195.943	133.923	196.259
Partes Relacionadas	10	19.640	160.183	19.655	160.199	Provisão para demandas judiciais	18	4.785	6.614	4.992	6.726
Depósitos Judiciais	18	11.840	11.816	12.191	12.160			139.736	205.636	140.267	206.064
Tributos diferidos	12.b	32.329	49.618	32.329	49.618						
Outros créditos	9	2.830	4.151	2.830	4.151	Patrimônio líquido	19				
Imobilizado	13	75.427	89.362	77.647	91.959	Capital social		5.739	137.324	5.739	137.324
Intangível		2.515	2.593	2.338	2.486	Reserva de Lucros		40.257	1	53.297	1
		203.324	359.416	205.734	362.266			45.996	137.325	59.036	137.325
						Participação de acionistas não controladores		-	-	(158)	(155)
								45.996	137.325	58.877	137.170
Total do ativo		402.855	587.605	372.079	557.421	Total do passivo e patrimônio líquido		402.855	587.605	372.079	557.421

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	20	3.773.045	4.549.420	3.770.500	4.545.470
Custo dos produtos vendidos	21	(3.677.914)	(4.424.086)	(3.674.051)	(4.433.168)
Lucro bruto		95.131	125.334	96.449	112.302
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(2.051)	(4.867)	(2.055)	7.367
Despesas administrativas e gerais	21	(65.176)	(89.099)	(66.553)	(92.608)
Resultado de equivalência patrimonial	17	(296)	(4.432)	-	-
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	22	74.204	28.969	74.003	28.708
		6.680	(69.429)	5.395	(56.533)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras		101.811	55.905	101.844	55.769
Receitas financeiras	23	2.139	14.652	2.152	14.861
Despesas financeiras	23	(21.928)	(27.502)	(21.944)	(27.568)
Variações monetárias, líquidas	23	(5.803)	(24.587)	(5.833)	(24.594)
		(25.592)	(37.437)	(25.625)	(37.301)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		76.219	18.468	76.219	18.468
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	12.a	(5.638)	(9.853)	(5.642)	(9.853)
Diferido	12.a	(17.289)	-	(17.289)	-
Resultado líquido do exercício		53.292	8.615	53.288	8.615
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas não controladores		-	-	3	20
Acionistas controladores		53.292	8.615	53.289	8.595
Resultado líquido do exercício		53.292	8.615	53.292	8.615

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado líquido do exercício	53.292	8.615	53.288	8.615
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
	<u>53.292</u>	<u>8.615</u>	<u>53.288</u>	<u>8.615</u>
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-	-	53.289	8.595
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	3	20
Resultado abrangente do exercício	<u><u>53.292</u></u>	<u><u>8.615</u></u>	<u><u>53.288</u></u>	<u><u>8.615</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			(Prejuízos)/Lucros Líquidos Acumulados	Lucro líquido do exercício	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio Líquido
		Capital Social	Reservas de lucros	Reserva Legal					
Saldos em 1º de janeiro de 2019		137.324	-	-	(8.614)	-	128.710	(135)	128.575
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.615	8.615	(20)	8.595
Destinações									
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	8.614	(8.614)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	1	-	-	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		137.324	1	-	-	-	137.325	(155)	137.170
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.292	53.292	(3)	53.289
Redução de capital com saldo de empréstimos a partes relacionadas	19	(131.585)	-	-	-	-	(131.585)	-	(131.585)
Destinações									
Constituição de reserva legal		-	-	1.148	-	(1.148)	-	-	-
Constituição dos dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(13.036)	(13.036)	-	(13.036)
Constituição de reserva de lucros		-	39.108	-	-	(39.108)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.739	39.109	1.148	-	-	45.996	(158)	45.838

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	76.219	18.468	76.219	18.468
Receitas/(despesas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	7.892	6.716	8.786	7.676
Constituição de provisão para perdas com investimentos	298	4.432	-	-
(Reversão)/Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	2.725	1.458	(2.725)	(1.384)
Constituição/(reversão) de provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	1.554	(1.590)	1.554	(1.590)
Constituição de provisão para demandas judiciais	(1.829)	(3.341)	(1.734)	(3.229)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos a realizar	(65)	-	(65)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.638)	(9.849)	(5.642)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(0)	-	3	-
Participação de não controladores	-	-	(3)	(20)
Variações em ativos e passivos				
Contas a receber	12.399	(21.883)	18.042	(15.026)
Estoques	(17.024)	104.202	(17.004)	104.741
Impostos a recuperar	(2.141)	(10.726)	(2.149)	(10.818)
Adiantamento para fornecedores	3.937	3.148	3.937	3.148
Partes relacionadas	8.958	(63.533)	8.959	(63.533)
Depósitos judiciais	(24)	(3.554)	(31)	(3.627)
Outros créditos	1.272	(5.977)	1.272	(5.548)
Fornecedores	(1.040)	(56.289)	(1.434)	(57.293)
Salários, férias e encargos a pagar	(987)	373	(1.041)	356
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento	(66.766)	14.510	(66.637)	4.555
Adiantamento de clientes	7.992	1.180	7.923	843
Outras obrigações	131	404	134	405
Caixa líquido gerado/(usado) das atividades operacionais	27.864	(21.851)	28.365	(21.876)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(3.020)	(30.514)	(3.477)	(30.513)
Aquisição (Baixas) de intangível	(1.033)	(331)	(1.023)	(339)
Baixa do imobilizado	10.173	70	10.173	70
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	6.121	(30.775)	5.673	(30.782)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(516.728)	(715.983)	(516.728)	(716.027)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.221)	(2.244)	(9.221)	(2.244)
Captação de empréstimos e financiamentos	481.758	777.029	481.758	777.051
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(44.191)	58.802	(44.191)	58.780
(Diminuição)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(10.206)	6.176	(10.153)	6.122
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	21.181	15.005	21.223	15.101
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.975	21.181	11.070	21.223
(Diminuição)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(10.206)	6.176	(10.153)	6.122

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Royal FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (“Companhia”), tem como objeto social a distribuição de derivados de petróleo para postos de combustíveis e grandes consumidores finais de todo o Brasil, oferecendo produtos regulamentados assegurados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. A capacidade atual de armazenamento é de aproximadamente 44 milhões de litros de combustível, distribuídos em 23 bases localizadas em diversos estados do Brasil, das quais 4 são próprias (duas primárias, em Paulínia/SP e Betim/MG, e duas secundárias em Cuiabá/MT e Campo Grande/MS), e 19 filiais divididas entre bases de distribuição nacional de terceiros, que são utilizadas para distribuição dos produtos da Companhia e escritórios comerciais, localizados em Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Bauru/SP, São José dos Campos/SP, Guarulhos/SP, Guarulhos T-Liq/SP, Itajaí/SC, Senador Canedo/GO, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Araucária/PR, São Francisco do Conde/BA, Jequié/BA, Esteio/RS, Sinop/MT, Rondonópolis/MT, Feira de Santana/BA, São Gonçalo do Sapucaí/MG, Ipojuca/PE, Itabuna/BA.

A Administração da Companhia, buscando a continuidade e o crescimento exponencial de suas operações e de seus negócios, montou um plano de redução de despesas, otimização dos custos e crescimento do volume de vendas, através da implantação de uma estratégia de vendas que inclui a entrada em novos mercados, regionalização de clientes, equipes de vendas externas, aplicação de tecnologia da informação, planejamento tributário e melhoria de processos comerciais. Nessa perspectiva, as ações implantadas pela Administração durante o ano 2020 traduziram-se em resultados positivos, os quais são evidenciados principalmente pelo resultado contábil, gerando lucro de R\$ 53.288 mil.

1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações contábeis da Companhia

A Companhia e sua controlada vem monitorando o progresso do COVID-19 (Coronavírus) e seus impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela Administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões em linha com o recomendado com o Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia e sua controlada tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus nos centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança / proteção dos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras decisões.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Desde o início do surto do COVID-19 o corporativo e os centros de distribuição permaneceram abertos. A Companhia e sua controlada tem importante compromisso com a sociedade de manter a atividade de distribuição dos derivados de petróleo para todos os clientes, mitigando a possibilidade da falta do produto aos consumidores finais. Não houve problemas na distribuição dos produtos em todo território de atuação.

Nesse sentido, a Companhia e sua controlada efetuou uma análise completa nas demonstrações contábeis, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional. Os principais temas avaliados foram:

- A Companhia e sua controlada revisitaram seus orçamentos, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2020, e não identificou decréscimos relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciem situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e foram aprovadas pela Alta Administração para os próximos anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2020. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos;
- Quanto aos estoques não prevemos necessidade de ajuste para realização;
- Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas nestas informações anuais. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos; e
- A Companhia e sua controlada não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento.

Adicionalmente, dentre as medidas adotadas pela Companhia e sua controlada com o objetivo de minimizar os impactos ao negócio, podemos destacar:

- Implementação de um robusto programa de controle de custos e despesas, que inclui, entre outras ações, a redução de despesas;
- Adoção da redução da jornada de trabalho e salários, de abril a julho de 2020, conforme previsto na MP de assessoria do Governo - MP - 936 de 01 de abril de 2020. A situação dos contratos de trabalho foi normalizada em 01 de agosto de 2020; e
- A postergação do pagamento da obrigação tributária durante o exercício fiscal de 2020 também foi normalizada.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Em resumo, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações contábeis e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia e sua controlada que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações contábeis. A Companhia e sua controlada continuarão monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

1.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e sua controlada em continuarem operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID- 19 (vide Nota Explicativa nº1.1). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade da Companhia e sua controlada continuarem operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 5 de maio de 2021.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(i) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(ii) Demonstrações contábeis consolidadas

As Demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Demonstrações contábeis individuais.

(iii) Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

- **Reforma da taxa de juros de referência - CPC 38/IAS 39 - CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 - Fase 2 (Aplicável em/ou após 01 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada);**

- (i) Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:** expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- (ii) Requisitos de hedge accounting:** fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge *accounting* (Fase 1), e
- (iii) Divulgações:** requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a Companhia está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não espera ter impactos.

- **CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada);**

As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição.

A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.

- **Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada);**

No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.

Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/ CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

- **Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual;**

As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25/IAS 37, o comprador aplica o CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica o ICPC 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em/ou após 01 de janeiro de 2022.

A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes.

- **Apresentação das demonstrações contábeis - CPC 26/IAS 1 - Classificação de passivos como circulante e não circulante (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 01 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada).**

As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

b. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências;
- Investimentos.

c. **Uso de julgamentos e estimativas**

i) **Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

ii) **Estimativas e premissas**

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas abaixo:

Nota Explicativa nº 5 - Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A Companhia avalia na data de cada balanço patrimonial se há alguma evidência objetiva de que um ativo financeiro da classe de recebíveis é passível de provisão para perda por redução ao valor recuperável. Para definir se há uma prova objetiva de perda por redução ao valor recuperável, a Companhia considera fatores como a probabilidade de insolvência ou dificuldades financeiras substanciais do devedor e inadimplemento ou atraso substancial nos pagamentos. Quando há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, o valor e o momento do fluxo de caixa futuro são estimados com base na experiência de prejuízos históricos de ativos com características de risco de crédito similares. A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias.

Nota Explicativa nº12.b - Realização do Imposto de Renda diferido

Impostos diferidos ativos são registrados quando é provável que haja fontes de receita tributáveis disponíveis futuramente para compensar o ativo fiscal diferido, considerando os prejuízos fiscais acumulados. Essas fontes incluem lucro tributável estimado com base nas projeções de resultados elaboradas com base nas premissas internas e cenários econômicos futuros previstos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota Explicativa nº 13 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente o valor contábil dos ativos para verificar eventos ou alterações econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar uma redução ou perda do seu valor recuperável.

Se forem identificadas tais evidências, e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre seu valor em uso e seu valor justo menos custos de vendas.

Na estimativa do valor em uso de um ativo, fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor no qual a unidade geradora de caixa opera.

Fluxos de caixa são derivados do orçamento dos cinco anos subsequentes e não incluem atividades de reestruturação para as quais a Companhia não esteja ainda compromissada ou investimentos substanciais futuros que possam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa que está sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto adotada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro estimado e à taxa de crescimento utilizada.

A Companhia não possui ativos imobilizados que deva baixar ou alienar e que necessitem de constituição de provisão para desmontagem de ativos.

Nota Explicativa nº 13 - Vida útil dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear durante a vida útil estimada dos bens. Mudanças no nível esperado de uso e desenvolvimentos tecnológicos podem causar impacto sobre a vida útil econômica e sobre os valores residuais desses ativos, portanto, valores de depreciação futuros podem ser revistos.

Nota Explicativa nº 18 - Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece a provisão para demandas judiciais relativas a riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

As provisões são revisadas e ajustadas para considerarem alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação de transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a incorreções inerentes ao seu processo de estimativa. A Companhia avalia suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano.

Nota Explicativa nº 3.e - Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido no mercado ativo, determina-se usar técnicas de avaliação, inclusive o método de fluxo de caixa descontado. Os dados desses métodos se baseiam nos praticados no mercado, quando possível; no entanto, quando não for viável, determinado nível de julgamento é necessário para definir o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo de apresentação dos instrumentos financeiros.

d. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do Grupo são eliminados, quando aplicável. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro 2020, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação integral da controlada Petroviários Transportes Ltda., responsável pelos transportes dos produtos comercializados pela Companhia.

(b) Demonstrações contábeis individuais

Nas Demonstrações contábeis individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Demonstrações contábeis individuais quanto nas Demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

g. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada com liquidação de devedores duvidosos "PECLD" (impairment) (Nota 5). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

O valor justo das contas a receber de clientes registrado inicialmente é determinado pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

h. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

i. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

j. Estoque

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas com estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Se o valor de compra for maior do que o valor líquido realizável, é constituída uma provisão para perdas nos estoques.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para a conclusão da venda.

k. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores são realizados por meios dos pagamentos, atualizados com base nos índices médio de 2,6% ao mês. Estes adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante e não circulante.

Os adiantamentos são liquidados com base nos recebimentos dos produtos adquiridos. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega do produto.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregarem o produto adquirido.

I. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não tem impacto em suas demonstrações contábeis.

A Companhia e sua controlada aplicaram os seguintes expedientes práticos e isenções:

- i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia e sua controlada aplicaram o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2);
- ii) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2019 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;
- iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia e sua controlada reconheceram os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e
- iv) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada são parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia e sua controlada entendem que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

m. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens (Nota Explicativa n° 13).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

n. Intangíveis

A Companhia possui licenças de software e fundo de comércio como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

o. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A capitalização dos custos de empréstimos se inicia quando as atividades para preparar o ativo para sua utilização desejada ou venda estão em andamento e os dispêndios e custos de empréstimos tenham incorrido. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que incorrem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

p. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável.

i. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

ii. Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”)

A Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”) é calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e a provisão são registradas para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

iii. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A cada encerramento das demonstrações contábeis, a Companhia avalia o valor contábil de ativos não financeiros para verificar eventos ou alterações nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar a perda no valor recuperável de um ativo. Se verificadas essas circunstâncias e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução do valor recuperável é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior de: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Valor em uso é o fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrente do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil. Intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperabilidade de seus valores testada anualmente, independentemente da existência de indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é subsequentemente revertida, há um aumento no valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

iv. Não-reconhecimento do ativo fiscal diferido (*Valuation Allowance*)

A mensuração inicial e subsequente do Imposto de Renda diferido é realizada quando é provável que um lucro tributável futuro estará disponível nos próximos anos para ser usado para fins de compensação, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se o benefício fiscal é reconhecido integralmente.

v. Outras provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente daquele fluxo de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

q. Provisão para créditos de descarbonização

A Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). As metas, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (*market-share*) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIOS), que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado. O CBIOS equivale a uma tonelada de carbono

As metas estabelecidas vigoram até dezembro de cada ano e são publicadas no site da ANP. Para 2020 a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 188.045 CBIOS.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

r. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Companhia incluem remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social – INSS, FGTS, férias e 13º salário). Esses benefícios são registrados na demonstração do resultado, conforme são incorridas. Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados a valores não ajustados a valor presente, e são incorridos como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

s. Reconhecimento de receita

i. Venda de produtos

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de combustíveis. As receitas decorrentes de venda de produtos são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

Existem várias outras condições adicionais para o reconhecimento da receita: que o recebimento das vendas seja razoavelmente assegurado baseado na experiência histórica e condições atuais do mercado, que o preço seja fixado ou determinável, e que não haja qualquer obrigação de cumprimento relacionado à venda.

A receita é reconhecida líquida de descontos, benefícios comerciais concedidos e impostos sobre as vendas, tais como:

- Impostos indiretos federal - Contribuição Social sobre a Receita Bruta para o Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%, exceto nas operações de venda da gasolina e diesel, pois estas operações são isentas na saída. Na venda do etanol a Companhia se enquadra na regra prevista no Decreto nº 6.573/2008 artigo 2º II, que sofreu alteração pelos Decretos nºs 7.997/2013, 8.164/2013, 9.101/2017 e 9.112/2017 cuja tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$ 19,81 (dezenove Reais e oitenta e um centavos) para o PIS e R\$ 91,10 (Noventa e um Reais e dez centavos) para a COFINS e na compra de etanol a tributação foi fixada para cada metro cúbico em, R\$ 0,00 (zero) para o PIS e R\$0,00 (zero) para a COFINS;

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

- Impostos indiretos estadual - Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) - de 7% a 29%;
- Os custos de frete e outros relacionados são classificados na Rubrica “Despesas de vendas” na demonstração do resultado.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

t. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

Corrente

O Imposto de Renda corrente é o imposto a pagar esperado ou a recuperar/a ser compensado em relação ao lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício. Para computar o Imposto de Renda corrente e contribuição social sobre o lucro.

Impostos sobre a renda no Brasil compreendem o Imposto de Renda (25%) e contribuição social (9%), para entidades tributadas pelo regime de lucro real, cuja alíquota incide a 34%. Impostos diferidos para essas entidades são previstos para todas as diferenças temporárias de imposto na data do balanço entre as bases de cálculo dos ativos e passivos, e seus valores contábeis.

Imposto de Renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem diretamente relacionados aos itens registrados diretamente ao patrimônio líquido ou à reserva de reavaliação que já estão reconhecidos líquidos dos efeitos fiscais, quando aplicáveis.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores registrados de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na medida em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu impostos diferidos ativos calculados sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia apresenta o saldo de imposto diferido líquido, apurado por entidade jurídica e mesma jurisdição.

u. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3. Gestão de risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	130.567	3.079	-
Fornecedores	54.145	-	-
Outras contas a pagar	740	-	-
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	88.037	1.352	-
Fornecedores	53.105	-	-
Outras contas a pagar	871	-	-

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	130.567	3.079	-
Fornecedores	54.619	-	-
Outras contas a pagar	740	-	-
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	88.037	1.352	-
Fornecedores	53.185	-	-
Outras contas a pagar	871	-	-
Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	130.567	3.079	-
Fornecedores	54.145	-	-
Outras contas a pagar	740	-	-
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	88.037	1.352	-
Fornecedores	53.105	-	-
Outras contas a pagar	871	-	-

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumarizados:

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 14)	89.389	133.646	89.389	133.646
Menos: caixa e equivalentes de ca	(10.975)	(21.181)	(11.070)	(21.223)
Dívida líquida	78.413	112.465	78.319	112.423
Total do patrimônio líquido	45.996	137.325	45.996	137.325
Total do capital	124.409	249.790	124.315	249.748
Índice de alavancagem financeira	63%	45%	63%	45%

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa Equivalencia de caixa (Nota 4)	10.975	21.181	11.070	21.223
Empréstimo ao Custo amortizado				
Contas a receber de clientes (Nota 5)	83.028	125.934	49.558	92.657
Partes relacionadas (Nota 10)	19.640	160.183	19.655	160.199
Passivo				
Mensurados ao Custo amortizado				
Empréstimo e financiamentos (Nota 14)	89.389	133.646	89.389	133.646
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores (Nota 15)	53.105	54.145	53.185	54.619

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

Controladora

	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	4.500	-	-
Aplicação Financeiras	-	6.475	-
Contas a Receber	83.028	-	-
2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	18.880	-	-
Aplicação Financeiras	-	2.301	-
Contas a Receber	103.848	-	-
Consolidado			
	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	4.595	-	-
Aplicação Financeiras	-	6.475	-
Contas a Receber	49.558	-	-
2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de Caixa	18.922	-	-
Aplicação Financeiras	-	2.301	-
Contas a Receber	70.571	-	-

A Companhia e sua controlada não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes durante os exercícios findos em 2020 e 2019.

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas;
- **Contas a receber** - referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

b. Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDI e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros na controladora é apresentada a seguir:

	2020		2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalência de caixa	10.975	10.975	21.181	21.181
Contas a receber e outros créditos	110.810	110.810	125.934	125.934
Partes relacionadas	19.640	19.640	160.183	160.183
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	89.389	89.389	133.646	133.646

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa, banco conta movimento	4.500	18.880	4.595	18.922
Aplicações Financeiras	6.475	2.301	6.475	2.301
	<u>10.975</u>	<u>21.181</u>	<u>11.070</u>	<u>21.223</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Composto por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata dentro de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança em seu valor de mercado. Investimentos de curto prazo referem-se a operações de depósitos a prazo e de taxa de juros fixas vinculadas à taxa de Depósitos Interfinanceiros (DI) a 100%; e fundo de investimento refere-se a cotas de fundo de investimento, não exclusivas vinculadas a operações de valores mobiliários e financeiras com variação mensal indexada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade que varia de 96% a 110% do CDI. Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
No país (i)	73.216	91.419	39.746	58.312
Partes relacionadas (Nota 10)	37.646	37.292	37.646	37.292
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(52)	(2.777)	(52)	(2.947)
	<u>110.810</u>	<u>125.934</u>	<u>77.340</u>	<u>92.657</u>
Circulante	83.028	103.848	49.558	70.571
Não circulante	27.782	22.086	27.782	22.086
	<u>110.810</u>	<u>125.934</u>	<u>77.340</u>	<u>92.657</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, houve a assinatura do instrumento de comum acordo “confissão de dívida” com a usina Destilaria de Alcool Libra Ltda., onde houve o reconhecimento a receber o montante de R\$ 28 milhões, referente às operações de permutas “faturamento de diesel em troca de etanol” e adiantamentos em recursos a favor da usina, com expectativas de recebimento em etanol. O prazo estabelecido no instrumento para o recebimento desse montante é de 4 anos, com parcelas iniciais a desde de janeiro de 2020.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo a vencer	35.135	80.236	35.437	80.809
Vencidas				
De 1 à 30 dias	7.824	7.669	7.824	7.549
De 31 à 90 dias	1.471	4.321	1.540	3.944
Acima de 90 dias	66.432	36.485	32.591	3.302
	<u>110.862</u>	<u>128.711</u>	<u>77.392</u>	<u>95.604</u>

As contas a receber referem-se basicamente a faturamento de venda de combustíveis e transportes com combustíveis, cujo vencimento médio é de cinco dias.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

A política vigente na Companhia e aprovada pela administração é de constituir perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para os títulos vencidos a mais de 90 dias. A movimentação da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro	(2.777)	(4.235)	(2.777)	(4.331)
Reversões de provisões	2.777	1.458	2.777	1.384
Constituição de provisões	(52)	-	(52)	-
Em 31 de dezembro	(52)	(2.777)	(52)	(2.947)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Gasolina	27.256	10.726	27.256	10.726
Biodiesel	-	-	19	39
Etanol anidro	3.579	5.718	3.579	5.718
Etanol hidratado	1.904	1.061	1.904	1.061
Oléo Diesel	29.214	30.003	29.214	30.003
Aditivos e outros	479	430	488	439
Provisão para perdas nos estoques	-	-	-	-
Estoque em Poder de Terceiro	7.926	5.396	7.926	5.396
	70.358	53.334	70.386	53.382

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS a recuperar (a)	35.760	38.215	35.870	38.321
PIS e COFINS a recuperar	6.185	-	6.186	1
IR e CS a recuperar	6.028	7.617	6.078	7.663
	47.973	45.832	48.134	45.985
Circulante	17.010	26.225	17.172	26.378
Não circulante	30.962	19.607	30.962	19.607
	47.973	45.832	48.134	45.985

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

- (i) O ICMS a recuperar apresentado no não circulante é oriundo das operações de aquisições de Etanol Hidratado, que no Estado de Goiás são adquiridos à alíquota de 25% e em alguns momentos foi utilizado em operação interestadual (venda/transferência) à alíquota de 12%, basicamente para os Estados de Minas Gerais e Bahia. Esse saldo credor está homologado em conta gráfica pelo Fisco Goiano e está disponível para utilização pela filial nas saídas de Etanol Hidratado, sendo seu saldo devedor mensal abatido do saldo credor em conta gráfica;
- (ii) Exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) na base cálculo do Programa Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

Com base no mandado de segurança nº 0016541-44.2008.403.6100 distribuído em 11/07/2008, que foi concedida parcialmente através do trânsito em julgado em abril de 2019, o bojo do qual se pleiteou “somente” o direito de levantamento de possíveis créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS incidente sobre a receita permitindo a retroatividade do cálculo a desde de 1998. Apesar de não estar clara a metodologia de cálculo por ainda não existir a modulação na esfera judicial, a Administração da Companhia, admitiu o direito do crédito à Exclusão do valor do ICMS incidentes nas operações de vendas de combustíveis, e reconheceu a metodologia mais adequada a ser aplicada nas compensações dos tributos. Portanto, em 2019, contratou consultoria especializada para realização dos levantamentos dos créditos, pleiteando todo o período concedido e dentro do conceito que a Administração entende ser adequad0.

A metodologia aplicada para levantamento dos créditos foi segregada em dois métodos, o primeiro período em que o cálculo era efetuado por alíquotas e segundo quando o cálculo é efetuado por coeficiente por metro cúbico. Adicionalmente, e por estar aguardando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca de determinados assuntos como o pedido de modulação e apreciação de Embargos de Declaração apresentados pela Fazenda Nacional ao acórdão do RE nº 574.706, a Administração não reconheceu em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas os referidos créditos tributários e seus demais efeitos, inclusive tributários. Adicionalmente, na medida em que a Companhia incorre nos débitos correntes de IRPJ - Imposto sobre as Rendas das Pessoas Jurídicas e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido por ocasião das suas operações ordinárias, é realizada uma compensação dos referidos débitos de IRPJ e CSLL com os virtuais (não reconhecidos contabilmente) créditos fiscais obtidos da referida decisão judicial transitada sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, esse procedimento é realizado em obrigações acessórias e utilizado o expediente fiscal de suspensão dos débitos, atualmente essas suspensões totalizam o montante de R\$ 23.849 mil até o exercício de 2020 somente do valor original, sendo apresentado abaixo:

Tributos Compesados	2020	2019
Pis - apuração mensal	-	1.467
Cofins - apuração mensal	-	6.891
IRPJ - apuração trimestral	4.142	7.242
CSLL - apuração trimestral	1.496	2.611
Total	5.638	18.211

- (iii) Em 2020, a Administração da Companhia juntamente com seus assessores tributários, tomaram a decisão com base em fundamentos jurídicos, para o reconhecimento de créditos das contribuições PIS e COFINS, sobre as aquisições de Etanol. Assegurando-se em parecer jurídico que apontam que a impossibilidade de reconhecimento de crédito é inconstitucional.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

8. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, basicamente, a adiantamentos efetuados a fornecedores de etanol, Petrobrás S.A. e importadoras “Trading”, para fornecimento futuro de combustíveis. A Companhia efetua os adiantamentos a fim de garantir, principalmente, os produtos das safras de cana das usinas, os quais estão suportados por contratos e/ou renegociações para entrega de etanol. Segue abaixo a composição desses adiantamentos:

Adiantamentos para:	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de etanol	6.611	5.377	6.611	5.377
Fornecedores de derivados do petróleo	9.363	10.190	9.363	10.190
Fornecedores para distribuidoras	20	3.104	20	3.104
Outros	366	1.626	366	1.626
Provisão para perdas com adiantamentos	(1.994)	(440)	(1.994)	(440)
	<u>14.366</u>	<u>19.857</u>	<u>14.366</u>	<u>19.857</u>
Circulante	14.366	19.857	14.366	19.857

A provisão para perdas com adiantamentos, refere-se substancialmente aos adiantamentos realizados para as usinas de etanol. De acordo com a análise individualizada de cada adiantamento, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. As movimentações na provisão para perdas com adiantamentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro	(440)	(2.030)	(440)	(2.030)
Provisões constituídas	(1.585)	(188)	(1.585)	(188)
Reversão de Provisão	31	1.778	31	1.778
Em 31 de dezembro	<u>(1.994)</u>	<u>(440)</u>	<u>(1.994)</u>	<u>(440)</u>

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas Antecipadas Seguros (i)	2.455	2.756	2.455	2.756
Consórcios (ii)	2.516	3.841	2.516	3.841
Outros	1.652	1.298	1.652	1.298
	<u>6.623</u>	<u>7.895</u>	<u>6.623</u>	<u>7.895</u>
Circulante	3.793	3.744	3.793	3.744
Não circulante	2.830	4.151	2.830	4.151
	<u>6.623</u>	<u>7.895</u>	<u>6.623</u>	<u>7.895</u>

- (i) Em 2020, a Companhia realizou contratações de seguros garantias, para assegurar os processos judiciais em discussões e em processos de parcelamento junto Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme detalhamento na Nota Explicativa n° 16;
- (ii) Em 2020, a Companhia vendeu parte da frota dos caminhões consorciados, conforme detalhamento na Nota Explicativa n° 13.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
<u>Contas a receber de clientes (Nota 5)</u>				
Petroviário Transportes Ltda.	33.966	34.003	33.966	34.003
Cassaro & Nogueira Ltda	298	436	298	436
Posto Ibrussu Ltda	(113)	53	(113)	53
Magnun Auto Posto Ltda	242	73	242	73
Agropecuária Rio da Areia	55	4	55	4
Postos Amayama Ltda	3.198	2.723	3.198	2.723
	<u>37.646</u>	<u>37.292</u>	<u>37.646</u>	<u>37.292</u>
<u>Empréstimos</u>				
Agropecuária Rio da Areia Ltda. (a)	1.678	109.083	1.678	109.099
Édio Nogueira (b)	-	1.115	-	1.115
E N Administração e Participações Ltda. (c)	(2.534)	31.201	(2.534)	31.201
Petroviário Transportes Ltda.	-	-	-	-
Rede Futuro Administração e Participações Ltda.	(2.230)	(1.123)	(2.230)	(1.123)
ENX Administração e Participações S/A	23.381	20.580	23.381	20.580
	<u>20.294</u>	<u>160.856</u>	<u>20.294</u>	<u>160.872</u>
Passivos				
<u>Fornecedores (Nota 15)</u>				
Petroviários Transportes Ltda. (d)	-	501	-	501
	<u>-</u>	<u>501</u>	<u>-</u>	<u>501</u>

Refere-se à operação de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidados em bases líquidas, quando do interesse comum da Administração e da parte relacionada.

- Refere-se a operações de mútuo sem remuneração e prazo de vencimento definido, podendo ser liquidada quando do interesse comum da Administração. Em 2020, a administração da Companhia propôs a redução de capital no montante de R\$ 100.469, mediante utilização do saldo de empréstimos a partes relacionadas, detalhamento Nota Explicativa n° 19;
- Referem-se a operações de empréstimos para diretor/acionista da Companhia sobre os quais não incidência de juros, e sem prazo de amortização definido. Em 2020, a administração da Companhia propôs a redução de capital no montante de R\$ 1.115, mediante utilização do saldo de empréstimos a partes relacionadas, detalhamento Nota Explicativa n° 19;
- Operação de mútuo com acionistas sobre os quais o passivo é remunerado a taxa de 15,4% a.a. tanto o saldo ativo, quanto o saldo mantido junto a E.N. Administração e Participações Ltda., não possuem prazo de vencimento definido, podendo ser liquidados em bases líquidas quando do interesse comum da Administração e Acionista. Em 2020, a administração da Companhia propôs a redução de capital no montante de R\$ 30.000, mediante utilização do saldo de empréstimos a partes relacionadas, detalhamento Nota Explicativa n° 19; e
- Os saldos e transações com a Petroviário Transportes Ltda. são decorrentes de transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transporte (frete) desta controlada à Companhia decorrentes de venda de combustível a terceiros.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

A Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas, os resultados de suas operações individuais e consolidadas, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Adicionalmente a Administração não espera ter impactos na realização ou liquidação dessas operações.

O saldo registrado no passivo se refere a transações mercantis, relacionadas ao fornecimento de combustível para a controlada e o recebimento de serviços de transportes, decorrente das vendas de combustível a terceiros.

11. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os gerentes sênior e o presidente da Companhia, totalizou R\$ 942 (R\$ 1.524 em 2019), e incluem honorários (Diretoria) e *pró-labore* (Presidente).

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) / Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	76.219	18.468	76.223	18.468
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal (34%)	-	-	-	-
Ajuste para cálculo efetivo da alíquota	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	296	4.432	-	-
Adições permanentes não dedutíveis	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(5.638)	(9.853)	(5.642)	(9.853)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (i)	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-1352%	-187%	-1351%	-187%

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

b) Tributos diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores, sem expiração, e para os quais a compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual, na medida em que haja lucro tributável disponível para compensar diferenças temporárias, com base nas premissas e condições definidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento do tributo diferido é realizado quando é provável que um lucro tributável para os próximos exercícios esteja disponível para ser usado para compensá-lo, com base nas projeções de resultados elaborados pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os tributos diferidos foram calculados a partir das seguintes bases:

	Taxa	2020		2019	
		Base	R\$	Base	R\$
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34	(52)	(18)	2.777	944
Provisão para perdas com adiantamentos de fornecedores	34	1.994	678	440	150
Provisão para perdas com precatórios	34	-	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	34	4.785	1.627	6.614	2.249
Outros	34	871	296	736	250
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34	95.085	32.329	135.368	46.025
		102.683	34.912	145.935	49.618

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Movimentação				
Saldos em 1º de janeiro	49.618	49.618	49.618	49.618
Constituição (realização)	-	-	-	-
Reversão	(17.289)	-	(17.289)	-
Saldos em 31 de dezembro	32.329	49.618	32.329	49.618

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Composição

	Controladora				Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2020	2019			2020	2019
Terrenos (ii)	13.819	- 917	12.902	15.619	13.819	-	13.819	15.619
Móveis e utensílios	1.609	- 5.309	- 3.701	735	1.609	- 917	691	735
Máquinas e equipamentos	5.900	- 20.237	- 14.337	344	6.087	- 5.443	644	405
Edifícios, benfeitorias e tanques (ii)	54.534	- 3.285	51.248	22.557	54.832	- 20.237	34.595	22.855
Equipamentos de informática	4.024	- 751	3.273	1.178	4.024	- 3.285	739	1.178
Equipamentos de telefonia	830	- 14.642	- 13.813	103	830	- 751	79	103
Veículos (iii)	20.693	- 1.366	19.327	10.816	26.221	- 18.301	7.920	13.053
Outros bens móveis	1.882	-	1.882	615	1.882	- 1.366	516	615
Imobilizado em andamento (i)	18.644	-	18.644	37.395	18.644	-	18.644	37.395
	121.935	(46.508)	75.427	89.362	127.948	(50.300)	77.647	91.959

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado

	Controladora				2019	Adições	Baixa	Transferências	2020
	2018	Adições	Baixa	Transferên					
Terrenos (ii)	15.619	-	-	-	15.619	-	(1.800)	-	13.819
Móveis e utensílios	1.397	172	(32)	-	1.537	8	(4)	67	1.608
Máquinas e equipamentos	5.430	142	(1)	-	5.571	174	(13)	168	5.900
Edifícios, benfeitorias e tanques (ii)	40.911	67	(35)	-	40.943	-	(7.325)	20.914	54.532
Ferramentas	1.146	-	-	-	1.146	-	-	-	1.146
Equipamentos de informática	2.526	312	-	-	2.838	4	-	45	2.887
Equipamentos de telefonia	902	93	-	-	995	-	-	-	995
Veículos (iii)	17.679	7.312	(90)	-	24.901	-	(4.246)	-	20.655
Outros bens móveis	2.243	74	-	-	2.317	-	-	-	2.317
Imobilizado em andamento (i)	14.509	22.342	(25)	-	36.826	2.833	(9)	(21.575)	18.075
	102.362	30.514	(183)	-	132.693	3.020	(13.397)	(381)	121.934
Depreciação	(37.777)	(5.667)	111	-	(43.333)	(6.781)	3.605	-	(46.508)
Valor residual	64.585	24.847	(72)	-	89.362	(3.762)	(9.793)	(381)	75.427

	Consolidado				2019	Adições	Baixa	Transferências	2020
	2018	Adições	Baixa	Transferên					
Terrenos (ii)	15.619	-	-	-	15.619	-	(1.800)	-	13.819
Móveis e utensílios	1.099	172	(32)	-	1.239	8	(4)	67	1.311
Máquinas e equipamentos	5.617	142	(2)	-	5.757	174	(13)	168	6.086
Edifícios, benfeitorias e tanques (ii)	37.924	68	(32)	-	37.960	-	(7.496)	21.086	51.549
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	3.660	311	-	-	3.971	4	-	45	4.020
Equipamentos de telefonia	735	93	-	-	828	-	-	-	828
Veículos (iii)	22.788	7.312	(90)	-	30.010	458	(4.246)	-	26.221
Outros bens móveis	1.811	74	-	-	1.885	-	-	-	1.885
Imobilizado em andamento (i)	18.665	22.342	(25)	-	40.982	2.833	(9)	(21.575)	22.231
	107.918	30.514	(181)	-	138.249	3.477	(13.569)	(209)	127.948
Depreciação	(39.854)	(6.548)	111	-	(46.290)	(7.616)	3.605	-	(50.301)
Valor residual	68.064	23.966	(70)	-	91.959	(4.138)	(9.964)	(209)	77.647

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

- (i) Em 2019, realizou investimentos para construção de duas bases novas localizadas nas cidades de Campo Grande-MS e São Gonçalo-MG e automações na plataforma de carregamento e descarregamento da base de Paulínia-SP. Os investimentos totalizaram aproximadamente R\$ 21 milhões. No início de 2020, finalizou a construção da base de Campo Grande-MS, mas por conta do Evento COVID-19, interrompeu temporariamente a obra da base de São Gonçalo-MG. Expectativa de retorno e finalização das obras está para o segundo trimestre de 2021;
- (ii) Em 2020, após término da construção da base de Campo Grande-MS, a Administração da Companhia aceitou a proposta de venda de 50% da base constituindo um ganho de capital no montante de R\$ 6.940 milhões;
- (iii) A administração da Companhia, com base em estudo de mercado, decidiu vender em 2020 parte da frota própria dos veículos pesados. Do total de 54 veículos, foram vendidos 33 veículos entre cavalos e carretas tanques, sendo que 21 veículos foram vendidos a valor contábil líquido, sem ganho de capital, para a Companhia controlada Petroviario Transportes e o restante de 12 veículos foram vendidos para terceiros. No mesmo sentido, decidiu vender 8 veículos da frota leve, que são os veículos utilizados pelos gerentes regionais de vendas e gerentes operacionais. Dessa forma substituiu a frota por contratação de veículos na modalidade de locação. Portanto, apurou-se o ganho de capital no montante de R\$ 2.023 milhões. Para o ano de 2021, pretende finalizar a venda das frotas próprias em sua totalidade.

Taxas de depreciação e vidas úteis

A Companhia contratou peritos independentes para rever a vida útil de seu ativo imobilizado em 2020, e por não haver mudança significativa nas vidas úteis apuradas a Companhia manteve as mesmas taxas de depreciação do exercício anterior, que são as taxas que refletem a vida útil estimadas dos ativos imobilizados:

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Taxas de depreciação médias anuais</u>
Edificações, benfeitorias e tanques	25	4%
Móveis e utensílios	11	9%
Equipamentos de informática	9	11%
Veículos	7	14%
Aeronaves	10	10%
Outros bens móveis	9	11%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Ferramenta	10	10%
Telefonia	10	10%

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Garantias

As garantias são compostas conforme segue:

- A Companhia ofereceu um imóvel em garantia, objeto das Matrículas nºs 116.160 e 122.918 (Base primária de distribuição de combustíveis localizada em Betim/MG), em hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros, em favor do Estado de Minas Gerais para adesão ao Programa de Parcelamento do auto de infração. Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil da propriedade era de R\$ 732 (R\$ 813 em 2019);
- Para a Execução Fiscal nº 2009.61.19.001087-7 em trâmite perante a 3ª Vara Federal de Guarulhos a Companhia deu 29 veículos no montante de R\$ 1.738. Em 2013 a Companhia optou em substituir parte dos veículos ora penhorados por outros autos mais novos com valores igualitários aos substituídos. Portanto, restaram penhorados 4 autos substituindo parte da frota garantindo o mesmo valor totalizando 6 veículos totalizando um saldo de R\$ 1.206. Em 2018, o processo foi incluído no parcelamento do (PERT);
- Em junho de 2019, a Companhia assinou o Termo de Negócio Jurídico Processual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, assumindo o compromisso de parcelamentos dos débitos federais oriundos da Companhia ASADIESEL, conforme detalhamento N.E. nº 16. Para firmamento, foi oferecido como garantia as Bases operacionais e seus respectivos terrenos de Betim/MG, Paulínia/SP e Cuiabá/MT. Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil total das propriedades era de R\$ 9.317 (R\$ 10.352 em 2019).

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	T J nominal	Venc.	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Capital de giro	8,28% a 9,96%	2020	39.724	55.160	39.724	55.160
Operações de Confirming			48.050	75.765	48.050	75.765
Duplicatas Descontadas			-	-	-	-
Outros			1.615	2.721	1.615	2.721
			<u>89.389</u>	<u>133.646</u>	<u>89.389</u>	<u>133.646</u>
Circulante e não circulante			2020	2019	2020	2019
Circulante			88.037	130.567	88.037	130.567
Não circulante			1.352	3.079	1.352	3.079
			<u>89.389</u>	<u>133.646</u>	<u>89.389</u>	<u>133.646</u>

Cláusulas restritivas

Os empréstimos contêm cláusulas contratuais declarando que será exigido o pagamento antecipado da dívida, total ou parcial. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da Companhia.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

- i. Entrar em estado de insolvência civil, liquidação ou falência, impetrar pedido de concordata ou de recuperação judicial, convocar credores para apresentar plano de recuperação extrajudicial ou suspender suas atividades por período superior a 30 dias;
- ii. Figurar como devedor em situação de mora de inadimplemento junto ao banco ou qualquer outra instituição fornecedora de crédito, ou qualquer outro Banco; e
- iii. Mudança no estado econômico-financeiro da Companhia e/ou de qualquer avalista.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de produtos para revenda	42.500	38.977	42.500	39.451
Fornecedores de serviços de transportes	4.765	4.927	4.765	4.927
Partes Relacionadas (Nota 10)	-	501	-	501
Outros	5.840	9.740	5.921	9.740
	53.105	54.145	53.186	54.619

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Impostos correntes				
ICMS ST a recolher	2.515	3.153	2.515	3.153
ICMS próprio a recolher	3.465	706	3.554	749
Pis a recolher	-	-	11	3
Cofins a recolher	-	-	50	15
Impostos sobre operações financeiras	222	2.790	222	2.790
Imposto de Renda e contribuição social	-	-	-	-
Outros	346	437	347	446
	6.549	7.086	6.698	7.156
Parcelamentos				
Parcelamento - REFIS PERT (i)	39.361	47.547	39.546	47.749
Parcelamento Especial PGFN (ii)	87.066	149.230	87.066	149.230
Parcelamento Especial ICMS - SP (iii)	1.715	1.947	1.875	2.081
Parcelamento Manguinhos - ICMS - MG (iv)	11.701	8.980	11.701	8.980
Parcelamentos Federais (v)	2.642	1.010	2.734	1.061
	142.485	208.714	142.921	209.101
Circulante	15.435	19.857	15.696	19.998
Não circulante	133.599	195.943	133.923	196.259
	149.034	215.800	149.620	216.257

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Cenário Parcelamentos Federais da Royal FIC 2020 na Controladora					
Modalidade Original	Migração	Saldo Inicial	Desconto	Pagamentos	Saldo Final
Pert PGFN Royal Fic		14.931		1.469	13.462
Parc.Especial	Transação Individu:	149.202	60.934	1.202	87.066
Pert PGFN Asadiesel	Parc.Excepcional Rc	33.101	6.981	221	25.898
Parcelamento Simplificado		724	-	191	533
Parcelamento Retidos		2.301		192	2.109
Total		200.259	67.915	3.275	129.069

Fluxo de pagamento consolidado para os próximos anos

Ano	R\$
2021	7.439
2022	14.080
2023	17.610
2024	21.261
2025	24.872
2026	27.665
2027	12.961
2028	1.469
2029	1.469
2030	245
TOTAL	129.069

* Sem atualização de SELIC

(i) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

Em 27 de outubro de 2017 a Administração da Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória n.º 783/17, posteriormente convertida na Lei n.º 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, nessas circunstâncias, foram incluídos todos os débitos da Companhia apresentados na PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na RFB - Receita Federal do Brasil, bem como, foram incluídos os débitos da Companhia Asadiesel Petróleo Ltda. com a PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tal Companhia embora tenha sido incorporada contabilmente em 2005, não apresenta-se incorporada na referida autoridade tributária, cujo o montante apresentado é R\$ 191.809.

Fato subsequente à adesão, os débitos constantes na PGFN foram deferidos, enquanto os débitos com a RFB aguardam a análise e deferimento daquela autoridade tributária.

Foram incluídos no PERT os saldos dos tributos vencidos até abril de 2017, onde a Companhia no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu débitos da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direito de Natureza Financeira, parcelando a dívida em 145 meses, com entrada de 20% e redução de 80% juros, 50% de multas e 100% encargos/honorários, o saldo remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Em outubro de 2018, foi consolidado o parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, onde, o saldo devedor no montante de R\$ 55.876, foi enquadrado na modalidade do item I - artigo 2º lei 13.496/17. Nessa modalidade, a antecipação de 20% representado pelo montante de R\$11.175 foi amortizado do total da dívida, onde, o saldo remanescente no de R\$ 44.701, foi liquidado com prejuízo fiscal, conforme previsto no regulamento do parcelamento.

Para a Companhia Asadiesel Petróleo Ltda. no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, incluiu os saldos da desistência dos parcelamentos de períodos anteriores instituído pela Lei nº 11.941/09, e o montante atualizado e consolidado, foi parcelado em 120 vezes, sendo que as parcelas serão progressivas e corrigidas pela taxa SELIC.

Em junho de 2019, a Companhia reparcelou os débitos inscritos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional da Companhia incorporada Asadiesel, desmembrando o parcelamento do PERT. Dessa forma, o montante remanescente da dívida no PERT é de R\$ 47.547.

Em novembro de 2020, os débitos até então denominados PERT Asadiesel passa por nova negociação onde foi reconstituído em 84 parcelas, com desconto e/ou perdão de dívida de R\$ 6.981, com a denominação de Transação Excepcional PGFN. Dessa forma, o montante remanescente da dívida é de R\$ 39.361, sendo, R\$ 13.462 PERT Royal Fic e R\$ 25.898 Transação Excepcional.

- (ii) Em 11 de junho de 2019, através de um termo de negócio jurídico processual em acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), houve o reparcelamento de parte do até então REFIS - PERT mencionado no item (i) desta Nota explicativa, alcançando novo valor de R\$ 151.234 mil, alongando as amortizações até 2029, e através de pagamentos mensais acordados por um valor mínimo fixado ou percentual sobre a receita bruta auferida, caso qual esta exceda a receita bruta projetada informada no referido termo, decorrendo em pagamentos complementares.

Como garantia desta operação, foram oferecidos bens em operação da Companhia, a exemplo de edifícios, terrenos e equipamentos das plantas de Pauínia/SP, Betim/MG e Cuiabá/MT, totalizando montante de R\$ 224.476 mil.

Em 16 de julho de 2020, o até então termo de negócio jurídico processual passa por nova negociação junto a Procuradoria Geral (PGFN), vigorando sobre a denominação de Acordo de Transação Individual, onde foi concedido ao contribuinte um desconto e/ou perdão de dívida de R\$ 60.934 mil com nova constituição em 84 parcelas, e dessa forma o montante remanescente da dívida da Transação Individual PGFN é de R\$ 87.066 mil.

- (iii) Durante o processo de Recredenciamento - prerrogativa da SEFAZ (SP) - visando regularizar o seguimento de combustível, todas as companhias do segmento, tiveram seus regimes especiais suspensos, o que gerou mudanças no acompanhamento operacional, fiscal e jurídico das relações entre a SEFAZ (SP) e as distribuidoras. Uma destas mudanças foi a ruptura do parcelamento chamado PPI, por haver ações em discussões judiciais com a SEFAZ (SP). As referidas medidas já foram solucionadas e o parcelamento foi refeito em janeiro de 2011. Em 2018 a companhia está com o Credenciamento válido e ativo junto à SEFAZ-SP, tendo em vista que a situação fiscal está regular no estado, incluindo obrigações acessórias e tributárias;
- (iv) ICMS MG - No ano de 2009 e 2010 a Companhia adquiriu produtos da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. ("Manguinhos"). A sistemática tributária existente torna a Manguinhos a responsável pelo recolhimento de todos os impostos de cadeia de valor do segmento de combustível aos referidos Estados.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

A Manguinhos está em uma discussão com o Estado de Minas Gerais dos valores dos repasses dos créditos tributários daquele Estado, o qual lavrou auto de infração contra a Companhia. Em 2015 a Companhia, como responsável solidária pelos impostos na cadeia, efetuou o parcelamento do débito de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerais e conseqüentemente recuperou o Regime especial desse Estado, deixando de recolher o ICMS sobre a comercialização do álcool hidratado antecipadamente, passando a recolher por apuração em conta gráfica. Em 2018 o parcelamento se mantém ativo e regular. Em 2020, em decorrência do evento COVID-19, os recolhimentos do parcelamento foram suspensos, por consequência o parcelamento foi interrompido pela SEFAZ-MG e os benefícios de descontos para essa modalidade foram perdidos. No segundo semestre de 2020, houve adesão e consolidação de um novo parcelamento, e a previsão de fluxo de pagamentos para os próximos anos seguirá da seguinte forma:

Fluxo de pagamento para os próximos anos - ICMS - MG	
Ano	R\$
2021	1.526
2022	1.402
2023	1.280
2024	1.110
2025	1.110
2026	1.110
2027	1.110
2028	1.110
2029	1.110
2030	833
Total	11.701

* Sem atualização

- (v) Em decorrência ao cenário da Pandemia da Covid-19 a Companhia se utilizou da medida da RFB que proporcionou o adiamento dos recolhimentos dos tributos nas competências entre fevereiro e junho de 2020, concedendo posteriormente a possibilidade de a dívida ser transformada em um parcelamento Simplificado/Ordinário, cujo valor foi dividido em 60 parcelas, constituídos da seguinte forma:

- IRRF/ CSRF de março a junho de 2020 - no montante de R\$ 595 mil;
- INSS - Patronal, Segurados e Terceiros de fevereiro a junho/2020 - no montante de R\$ 1.705 mil

Dessa forma o montante remanescente da dívida dos Impostos retidos 2020 é de R\$ 2.109 mil.

Parcelamento Impostos Retidos

Ano	R\$
2021	460
2022	460
2023	460
2024	460
2025	269

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

17. Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada

Informações da controlada

Em 2020	Participação no capital Integrado	Ativos	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	3.191	31.668	(298)
			31.510	(296)

Em 2019	Participação no capital Integrado	Ativos	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Petroviários Transportes Ltda.	99,5000%	3.819	31.369	(4.453)
			31.213	(4.432)

18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos em várias cortes e órgãos governamentais. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e análise de demandas pendentes e, com relação a demandas trabalhistas, com base em experiência passada relativas a valores pleiteados, reconheceu a provisão em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada registraram uma provisão nas demonstrações contábeis, a qual conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos é conforme demonstramos a seguir:

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora					Controladora				
	2018		Movimento			2019		Movimento		2020
	Saldo	Adições	Baixas	Reversões		Saldo	Adições	Baixas	Saldo	
Tributário outros (i)	1.722	92	(1.626)	-	188	-	(72)	116		
Cíveis e ANP (ii)	3.711	892	(2.765)	-	1.838	23	(781)	1.080		
Trabalhistas (iii)	4.522	5.133	(5.067)	-	4.588	-	(1.000)	3.588		
	9.955	6.117	(9.458)	-	6.614	23	(1.853)	4.785		
	Consolidado									
	2018		Movimento			2019		Movimento		2020
	Saldo	Adições	Baixas	Reversões		Saldo	Adições	Baixas	Saldo	
	Tributário outros (i)	1.722	95	(1.626)		-	191	-	(72)	119
Cíveis e ANP (ii)	3.711	892	(2.765)	-	1.838	23	(781)	1.080		
Trabalhistas (iii)	4.522	5.243	(5.067)	-	4.698	95	(1.000)	3.793		
	9.955	6.230	(9.458)	-	6.726	118	(1.853)	4.992		

- (i) **Assuntos tributários:** referem-se à processos em exigibilidade suspensa onde os assessores jurídicos periodicamente acompanham os status de cada processo;
- (ii) **Assuntos cíveis e ANP:** referem-se às provisões constituídas para demandas judiciais relativas às ações judiciais passivas de natureza cível, sobre processos de indenização por danos materiais e morais e autuações por parte da ANP - Agência Nacional de Petróleo;
- (iii) **Assuntos trabalhistas:** as principais naturezas em discussão referem-se a pedidos relacionados a comissões, adicional de periculosidade e respectivos reflexos, bem como horas extras e seus respectivos adicionais, devolução dos descontos efetuados em folha de pagamento, entre outras; pedidos de indenização por danos morais.

A Companhia é parte em outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista, que se encontra em instâncias diversas e foi classificada pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais, como de risco de perda possível ou remota, levando-se em consideração tanto a jurisprudência predominante, quando a documentação específica existente.

A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por reservas suficiente em suas demonstrações contábeis. As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades tributárias, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Contingências - demandas judiciais consideradas como de perda possível

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes de risco máximo dos processos considerados como perda possível, conforme anteriormente comentado, são:

- **Tributárias (i):** R\$ 14.079 (R\$ 6.532 em 2019);
- **Trabalhistas:** R\$ 7.243 (R\$ 15.168 em 2019);
- **Cíveis:** R\$ 3.901 (R\$ 4.551 em 2019).

Na opinião da Administração, a decisão final com respeito a essas ações não afetará materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

- (i) Em fevereiro de 2019 a Royal FIC tomou ciência via portal eletrônico E-CAC, a decisão do processo de nº 19515.721363/2011-71, no montante atualizado de R\$ 99.404 (noventa e nove milhões, quatrocentos e quatro Reais), que tange o aproveitamento de ágio, referente a incorporação ora controladora denominada Petrofic, onde realizou as deduções nas apurações dos tributos IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido) dos anos de 2006, 2007 e 2008. O resultado desfavorável do trânsito em julgado na esfera administrativa, aponta a cobrança do montante em epígrafe. Dessa forma, a Companhia recorreu aos assessores jurídicos para análise do processo e conforme o “Dual Opinion” elaborado, indicam que a possibilidade de perda é possível. A administração da Companhia, juntamente com os assessores jurídicos, estuda as estratégias adequadas a serem adotadas para ampliar o arrolamento da discussão do processo via judicial.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante estimado permanece suspenso e não houve modificação em relação a 2019 que é de R\$ 101.600.

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bloqueios e depósitos judiciais	4.996	4.972	5.347	5.316
Depósitos Judiciais - Icms GO Protege	6.844	6.844	6.844	6.844
	<u>11.840</u>	<u>11.816</u>	<u>12.191</u>	<u>12.160</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia que está totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 5.739 mil (R\$137.324 mil em 31 de dezembro de 2019) dividido em 137.323.993 milhões de ações ordinárias nominativas e distribuídas da seguinte forma:

	2020	2019
	(Ações)	(Ações)
E N Administração e Participações	137.322	137.322
Édio Nogueira	2	2
	<u>137.324</u>	<u>137.324</u>

Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Conforme 33ª Alteração e Consolidação do Contrato Social datado de 1º de outubro de 2006, a Administração aprovou a incorporação do acervo líquido da Companhia Petrofic Participação e Investimentos Empresariais Ltda., onde nessa oportunidade foi apurado ágio (*goodwill*) e um consequente benefício fiscal na ocasião de R\$ 136.322 mil, que teve o montante integral capitalizado, sem atenção para o registrado como Reserva Especial de Ágio, a medida em que ocorrera sua realização. Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a equalização esperada para a capitalização da referida Reserva.

Em 27 de outubro de 2020, foi registrada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, sob registro na junta comercial de São Paulo (JUCESP) protocolo nº 0.129.209/21-1, a deliberação por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a aprovação da redução do capital social da Companhia, considerado excessivo para o objeto social, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., de R\$ 137.322 milhões para R\$ 5.737 milhões, mediante a restituição de capital em bens aos acionista da Companhia, proporcionalmente às suas participações acionárias, mediante a cessão dos contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e Edio Nogueira, no montante de R\$ 1.115 milhões, EN Administração e Participações, no montante de R\$ 30.000 milhões e Agropecuária Rio da Areia, no montante de R\$ 100.470 milhões, totalizando a redução do capital social no montante de R\$ 131.585 milhões.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social não prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação societária. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

Descrição	2020
Lucro líquido	53.292
Constituição da Reserva legal	(1.148)
	<u>52.144</u>
(x) Percentual definido na 6404/76	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	<u><u>13.036</u></u>

A Companhia não declarou ou distribuiu dividendos com base nos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A destinação do lucro, conforme demonstrado, teve efeito relevante da constituição dos dividendos, devido ao “Termo Transacional Individual”, junto a PGFN, conforme mencionado em Nota Explicativa nº 16. Adicionalmente, devido ao respectivo “Termo Transacional Individual” a Companhia vai submeter em Assembleia Geral a aprovação e constituição da Reserva Especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

20. Receita operacional líquida

A receita operacional é composta por vendas de produtos e serviços como segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta				
Gasolina	1.456.130	1.763.722	1.456.130	1.763.722
Diesel	2.231.643	2.605.803	2.228.319	2.603.017
Etanol	108.601	248.268	108.601	248.268
Armazenagem	4.569	4.744	8.153	6.218
Transporte	-	-	-	-
	<u>3.800.942</u>	<u>4.622.537</u>	<u>3.801.203</u>	<u>4.621.225</u>
Impostos sobre vendas	(19.080)	(61.553)	(21.886)	(64.191)
Devoluções	(8.817)	(11.564)	(8.817)	(11.564)
Receita operacional líquida	<u>3.773.045</u>	<u>4.549.420</u>	<u>3.770.500</u>	<u>4.545.470</u>

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

21. Resultado por natureza

Reconciliação de despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Gasolina	(1.407.160)	(1.712.101)	(1.407.160)	(1.712.101)
Diesel	(2.132.944)	(2.485.763)	(2.132.964)	(2.482.977)
Etanol	(84.645)	(187.352)	(84.645)	(187.352)
Despesas com fretes	(56.506)	(60.627)	(56.506)	(48.319)
Despesas com pessoal	(31.582)	(37.852)	(31.715)	(38.686)
Depreciação e amortização	(7.892)	(6.705)	(8.786)	(7.647)
Consultoria e assessoria	(955)	(1.621)	(956)	(1.628)
Serviços prestados	(1.141)	(1.801)	(1.141)	(1.801)
Despesas com aluguéis	(581)	(927)	(683)	(1.129)
Comissão sobre vendas	(1.454)	(2.249)	(1.454)	(2.249)
Despesas com vendas	(656)	(2.262)	(830)	(2.262)
Despesas com processos	(4.044)	(4.429)	(4.056)	(4.568)
Despesas com seguros	(1.243)	(1.244)	(1.255)	(1.677)
Licenciamento de software	(1.751)	(1.892)	(1.839)	(2.017)
Despesas administrativas	(12.645)	(9.419)	(8.897)	(18.767)
Outros	-	(1)	-	(3.348)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	56	(1.807)	226	(1.881)
	(3.745.144)	(4.518.052)	(3.742.662)	(4.518.409)
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos e serviços	(3.677.914)	(4.424.086)	(3.674.051)	(4.433.168)
Despesas com vendas	(2.051)	(4.867)	(2.055)	7.367
Despesas administrativas e gerais	(65.176)	(89.099)	(66.553)	(92.608)
	(3.745.141)	(4.518.052)	(3.742.659)	(4.518.409)

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Gasolina	(1.407.160)	(1.712.101)	(1.407.160)	(1.712.101)
Diesel	(2.132.944)	(2.485.763)	(2.132.964)	(2.482.977)
Etanol	(84.645)	(187.352)	(84.645)	(187.352)
Despesas com fretes	(56.506)	(60.627)	(56.506)	(48.319)
Despesas com pessoal	(31.582)	(37.852)	(31.715)	(38.686)
Depreciação e amortização	(7.892)	(6.705)	(8.786)	(7.647)
Consultoria e assessoria	(955)	(1.621)	(956)	(1.628)
Serviços prestados	(1.141)	(1.801)	(1.141)	(1.801)
Despesas com alugueis	(581)	(927)	(683)	(1.129)
Comissão sobre vendas	(1.454)	(2.249)	(1.454)	(2.249)
Despesas com vendas	(656)	(2.262)	(830)	(2.262)
Despesas com processos	(4.044)	(4.429)	(4.056)	(4.568)
Despesas com seguros	(1.243)	(1.244)	(1.255)	(1.677)
Licenciamento de software	(1.751)	(1.892)	(1.839)	(2.017)
Despesas administrativas	(12.645)	(9.419)	(8.897)	(18.767)
Outros	-	(1)	-	(3.348)
Provisão para crédito de liquidaçã	56	(1.807)	226	(1.881)
	(3.745.144)	(4.518.052)	(3.742.662)	(4.518.409)
Classificados como:				
Custos dos produtos	(3.677.914)	(4.424.086)	(3.674.051)	(4.433.168)
Despesas com vendas	(2.051)	(4.867)	(2.055)	7.367
Despesas administrativas e g	(65.176)	(89.099)	(66.553)	(92.608)
	(3.745.141)	(4.518.052)	(3.742.659)	(4.518.409)

22. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais, líquidas	-	-	(87)	(112)
Provisão para perdas com adiantamentos	77	(96)	77	(96)
Resultado na venda de imobilizados (iii)	8.955	28	.955	28
Sinistros e roubos de cargas	(1)	68	(1)	68
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas (i) e (ii)	65.173	28.969	65.064	28.820
	74.204	28.969	74.007	28.708

- (i) Em 2019, houve a assinatura do instrumento de comum acordo “confissão de dívida” com a Usina Destilaria Libra no montante de R\$ 28 milhões, conforme Nota Explicativa n° 5;
- (ii) Em 2020, reflexo das renegociações dos parcelamentos, conforme Nota Explicativa n° 16;
- (iii) Trata-se de alienação de ativo imobilizado, conforme mencionado Nota Explicativa n° 13.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros sobre contas a receber	1.497	4.682	1.510	4.889
Rendimento sobre aplicações financeiras	27	97	27	97
Juros sobre contratos de usinas	-	6.121	-	6.121
Outras	614	3.752	615	3.754
	<u>2.139</u>	<u>14.652</u>	<u>2.152</u>	<u>14.861</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(16.512)	(20.234)	(16.513)	(20.245)
Juros provisionados e não pagos	(498)	(683)	(498)	(683)
Despesas com IOF	-	-	-	(15)
Outras despesas financeiras	(4.918)	(6.585)	(4.933)	(6.625)
	<u>(21.928)</u>	<u>(27.502)</u>	<u>(21.944)</u>	<u>(27.568)</u>
Variações monetárias				
Juros sobre REFIS (i)	(5.803)	(24.587)	(5.833)	(24.594)
	<u>(5.803)</u>	<u>(24.587)</u>	<u>(5.833)</u>	<u>(24.594)</u>
	<u>(25.592)</u>	<u>(37.437)</u>	<u>(25.625)</u>	<u>(37.301)</u>

(i) Em 2019, consolidação REFIS - PERT (Nota Explicativa nº 16), apropriação e reconhecimento de juros e encargos financeiros de atualização.

24. Compromissos assumidos

A Companhia possui contrato de aquisição de combustível com a Petrobrás cuja vigência contratual 1º de junho de 2020 a 31 de maio de 2021 sobre o qual foram mantidas as condições contratuais que a Companhia já vinha mantendo com este fornecedor, o qual obriga - se a retirar mensalmente 95% do volume contratado, caso isso não ocorra ocasionará uma multa de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por metro cúbico não retirado.

Por conta do evento COVID-19, as multas por falta de retirada do produto foram suspensas por 60 dias, alcançando os meses de abril, maio e junho de 2020.

A Companhia possui contratos de aquisição de etanol junto a usinas para assegurar o fornecimento do produto pelo prazo de um ano.

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para todo o estoque de etanol e petróleo, e para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O montante assegurado das bases é de R\$ 139,5 milhões.

ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

A Companhia e sua controlada não estão prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores.